

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	32
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	36
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	400
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>400</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	2.310	4.356
1.01	Ativo Circulante	2.125	4.165
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	616	2.402
1.01.03	Contas a Receber	25	90
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.400	1.234
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	84	439
1.01.08.03	Outros	84	439
1.01.08.03.01	Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias	54	364
1.01.08.03.02	Outros ativos	30	75
1.02	Ativo Não Circulante	185	191
1.02.03	Imobilizado	166	171
1.02.04	Intangível	19	20

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	2.310	4.356
2.01	Passivo Circulante	1.166	3.876
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	204	476
2.01.02	Fornecedores	4	1
2.01.03	Obrigações Fiscais	124	230
2.01.05	Outras Obrigações	834	3.169
2.01.05.02	Outros	834	3.169
2.01.05.02.04	Dividendos a pagar	745	2.445
2.01.05.02.05	Contas a pagar de operações fiduciárias	89	724
2.03	Patrimônio Líquido	1.144	480
2.03.01	Capital Social Realizado	400	400
2.03.04	Reservas de Lucros	744	80
2.03.04.01	Reserva Legal	80	80
2.03.04.10	Reserva de lucros	664	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.040	1.329
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-71	-474
3.03	Resultado Bruto	969	855
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55	-513
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-55	-513
3.04.02.01	Despesas administrativas	-587	-569
3.04.02.02	Despesas de comercialização	-21	0
3.04.02.03	Despesas tributárias	-6	-4
3.04.02.04	Outras receitas	559	60
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	914	342
3.06	Resultado Financeiro	76	71
3.06.01	Receitas Financeiras	76	71
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	990	413
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-326	-131
3.08.01	Corrente	-326	-184
3.08.02	Diferido	0	53
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	664	282
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	664	282
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,66000	0,71000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	664	282
4.03	Resultado Abrangente do Período	664	282

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-73	685
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.009	369
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	990	413
6.01.01.02	Depreciação	19	18
6.01.01.03	Tributos diferidos	0	-62
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.082	316
6.01.02.01	Contas a receber	65	109
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-166	-231
6.01.02.03	Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias	310	42
6.01.02.04	Fornecedores	3	2
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	-272	-306
6.01.02.06	Obrigações fiscais	-432	-10
6.01.02.07	Contas a pagar de operações fiduciárias	-635	538
6.01.02.08	Créditos fiscais de operações fiduciárias	0	164
6.01.02.10	Outros ativos	45	8
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13	0
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-11	0
6.02.02	Aquisições de intangíveis	-2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.700	-808
6.03.01	Pagamento de dividendos	-1.700	-808
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.786	-123
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.402	1.626
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	616	1.503

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	400	0	80	0	0	480
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	400	0	80	0	0	480
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	664	0	664
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	664	0	664
5.07	Saldos Finais	400	0	80	664	0	1.144



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	400	0	789	0	0	1.189
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	400	0	789	0	0	1.189
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-571	0	0	-571
5.04.06	Dividendos	0	0	-571	0	0	-571
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	282	0	282
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	282	0	282
5.07	Saldos Finais	400	0	218	282	0	900

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016</b>
7.01	Receitas	1.730	1.508
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-232	-611
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-71	-474
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-161	-137
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.498	897
7.04	Retenções	-19	-18
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19	-18
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.479	879
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	76	71
7.06.02	Receitas Financeiras	76	71
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.555	950
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.555	950
7.08.01	Pessoal	384	364
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	462	254
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45	50
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	664	282
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	664	282

## Comentário do Desempenho



**ÁPICE SECURITIZADORA S.A.**

**COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ: 12.130.744/0001-00**

**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO**

**1º TRIMESTRE DE 2017**

## **Comentário do Desempenho**

### **Cenário Econômico**

O atual cenário econômico brasileiro tem apresentado sinais de melhora em que a inflação esta em queda, o Banco Central acelerou o corte dos juros e a estimativa do mercado é de que a taxa de juros fique entre 8,25% a 9% no fim deste ano, os avanços da reforma da Previdência indicam melhora na dívida pública e a produção agrícola encontra-se em alta favorecendo assim o crescimento do PIB, dados estes já registrados no primeiro trimestre de 2017.

### **Auditoria**

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e revisões das informações trimestrais da Ápice Securitizadora S.A. não prestou outros serviços que não o de auditoria externa.

### **Comentário do Desempenho**

A Companhia concluiu o primeiro trimestre de 2017 com lucro líquido de R\$ 664 mil. A Companhia emitiu três séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários cujo montante de emissão foi de R\$ 88 milhões e emitiu uma série de Certificado de Recebível do Agronegócio cujo montante de emissão foi de R\$ 35 milhões.

Apresentamos para apreciação de V.Sas, as informações trimestrais desta Companhia, relativas ao primeiro trimestre de 2017 com os dados comparativos de exercício anterior e do trimestre anterior para as contas de resultado. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 11 de maio de 2017

## Notas Explicativas



**ÁPICE SECURITIZADORA S.A.**

**COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ/MF 12.130.744/0001-00**

# Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2017 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

## **1. Informações gerais**

A Ápice Securitizadora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. Sua controladora é a Ápice Consultoria Financeira e Participações Ltda. e Fernando Cesar Brasileiro.

A Companhia tem como principais atividades: (i) securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e securitização de direitos creditórios do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e imobiliários, bem como em direitos creditórios do agronegócio; (ii) a aquisição de créditos imobiliários, direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários; (iii) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), podendo realizar a emissão e colocação de outros títulos e/ou valores mobiliários; (iv) a prestação de serviços e realização de outros negócios relacionados ao mercado secundário de créditos imobiliários e de direitos creditórios do agronegócio, especialmente à securitização de tais créditos imobiliários e direitos creditórios do agronegócio, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e outras disposições legais aplicáveis; (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos imobiliários e de direitos creditórios do agronegócio.

## **2. Bases de preparação das informações contábeis intermediárias**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 11 de maio de 2017.

## **2.2. Bases de apresentação**

### **2.2.1. Bases de mensuração**

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis intermediárias, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

### **2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional é o Real. As informações contábeis intermediárias são apresentadas em milhares de reais. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações contábeis intermediárias está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

## **3. Principais práticas contábeis**

### **3.1. Moeda estrangeira**

No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações em moeda estrangeira.

### **3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, principalmente em aplicações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

### **3.3. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Administração avalia a cada encerramento de exercício social se há indicação de que um ativo pode ser não recuperável, ou seja, quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável, e se aplicável o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente.

### **3.4. Intangível**

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e são subsequentemente mensurados ao custo menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada. O valor amortizável do ativo com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessárias para que este possa funcionar como pretende a Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil. A Administração apurou que o ativo intangível não está registrado por montante superior ao valor provável de recuperação, fato pelo qual não houve necessidade de efetuar ajustes.

### **3.5. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas. A Companhia não possui benefícios de longo prazo a empregados.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009(CPC 33), a Companhia informa que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores e empregados. Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação.

### **3.6. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **3.7. Créditos vinculados e valores mobiliários emitidos (patrimônio separado)**

São registrados pelo seu valor de aquisição e captação, respectivamente, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, conforme demonstrado na Nota Explicativa 23.



### **3.8. Provisões, ativos e passivos contingentes**

A Administração, ao elaborar suas informações contábeis intermediárias, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação.
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As informações contábeis intermediárias da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, mas divulgadas em notas explicativas.

### **3.9. Reconhecimento de receitas**

A receita da Companhia é composta pelo *fee* de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio, deságios e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Securitizadora e quando possa ser mensurada de forma confiável.

### **3.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e foi constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

**3.11. Lucro por ação**

O lucro por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

**3.12. Demonstração do valor adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A Demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**3.13. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)**

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**3.14. Novas normas, alterações e interpretações**

A Companhia pretende adotar as novas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

**3.14.1. IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros**

Em julho de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Essa norma substitui o IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 763/16, aprovou o CPC 48, que equivale ao IFRS em questão. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 48 vai ter nas informações contábeis e nas suas divulgações.

**3.14.2. IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes**

Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 – *Revenue*, o IAS 11 – *Construction Contracts* e as interpretações relacionadas. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 762/16, aprovou o CPC 47, que equivale ao IFRS em questão. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018.

**3.14.3. IFRS 16 – Arrendamentos**

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas informações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – *Leases* e correspondentes interpretações. A CVM ainda não aprovou a referida norma.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2017 e nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Bancos	245	327
Aplicações compromissadas (a)	371	2.075
<b>Total</b>	<b>616</b>	<b>2.402</b>

- (a) As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa, indexadas a uma média de 81,5% dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”), em operações chamadas de compromissadas DI, em que o banco vende um título de sua emissão e se compromete a recomprá-lo a qualquer momento, fazendo que o seu valor contábil seja equivalente ao de mercado.

#### 5. Contas a receber

Em 31 de março de 2017, o saldo de contas a receber é R\$ 25 (R\$ 90 em 31 de dezembro de 2016) e refere-se a prestações de serviços de gestão e de estruturação.

#### 6. Tributos a recuperar

	31/03/2017	31/12/2016
Impostos retidos em prestação de serviços	26	47
Antecipações e pagamentos de imposto de renda e de contribuição social	362	857
Saldo credor de impostos recolhidos em exercícios anteriores	1.012	330
<b>Total</b>	<b>1.400</b>	<b>1.234</b>

#### 7. Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias

	31/03/2017	31/12/2016
Despesas reembolsáveis de operações fiduciárias	54	364
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>364</b>

Despesas reembolsáveis referem-se a valores pagos com caixa da Companhia relacionados com as operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio que serão reembolsados pelas partes das referidas operações.



## 8. Imobilizado

Descrição	% - taxa de depreciação	31/03/2017 Imobilizado Líquido	31/12/2016 Imobilizado Líquido
Equipamentos de informática	20%	41	33
Instalações e benfeitorias	25%	88	100
Móveis e utensílios	10%	37	38
<b>Total</b>		<b>166</b>	<b>171</b>

A movimentação do imobilizado para as informações contábeis de 31 de março de 2017 é como segue:

Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	31/03/2017
Equipamentos de informática	33	11	-	(3)	41
Instalações e benfeitorias	100	-	-	(12)	88
Móveis e utensílios	38	-	-	(1)	37
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>(16)</b>	<b>166</b>

## 9. Intangível

Descrição	% - taxa de amortização	31/03/2017 Intangível Líquido	31/12/2016 Intangível Líquido
Equipamentos de informática	20%	19	20
<b>Total</b>		<b>19</b>	<b>20</b>

A movimentação do intangível para as informações contábeis de 31 de março de 2017 é como segue:

Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	31/03/2017
Sistemas para processamento de dados	20	2	-	(3)	19
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>19</b>

## 10. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/03/2017	31/12/2016
Bônus de desempenho	-	324
Provisão de férias	142	111
Provisão de 13º Salário	23	-
INSS e FGTS	29	26
Outros (*)	10	15
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>476</b>

(\*) A rubrica outros é composta pelo saldo a pagar de imposto de renda incidente sobre os salários

## 11. Obrigações fiscais

	31/03/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições sobre o lucro	47	67
Impostos e contribuições a recolher	77	163
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>230</b>



## 12. Contas a pagar de operações fiduciárias

São obrigações a pagar relacionados com as operações fiduciárias dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidas pela Companhia. Esses valores foram pagos pela Companhia e serão reembolsados à medida que os fornecedores relacionados disponibilizem os documentos comprobatórios para quitação.

## 13. Partes relacionadas

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2017 a Companhia não realizou transações com partes relacionadas.

## 14. Remuneração dos administradores

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2017 a Companhia não pagou honorários a seus administradores.

## 15. Patrimônio líquido

### 15.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 400 dividido em 400.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 15.2. Reserva legal

A reserva legal da Companhia tem saldo de R\$ 80 e está no limite previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 em que a reserva não pode exceder 20% do capital social.

### 15.3. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Durante o trimestre de 31 de março de 2017 a Companhia pagou dividendos no valor de R\$ 1.700 referentes aos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2016.

## 16. Receita líquida

	31/03/2017	31/03/2016
Receita bruta	1.171	1.448
(-) Tributos	(131)	(119)
<b>Receita líquida</b>	<b>1.040</b>	<b>1.329</b>

A receita da Companhia é constituída de *fee* de estruturação das operações de securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio.

## 17. Custo dos serviços prestados

	31/03/2017	31/03/2016
Taxas Cetip	(28)	(35)
Custodia	(8)	-
Comissões	-	(341)
Banco liquidante	(23)	(24)
Sistemas	(11)	(9)
Rating	-	(58)
Outros custos	(1)	(7)
<b>Total</b>	<b>(71)</b>	<b>(474)</b>

## 18. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento por natureza está apresentado a seguir:

	31/03/2017	31/03/2016
Despesas com pessoal	(299)	(285)
Despesas com encargos trabalhistas	(84)	(79)
Despesas com serviços de terceiros	(122)	(175)
Despesas com anúncios, patrocínios e publicações	(21)	-
Despesas com informática e telecomunicações	(33)	(6)
Despesas com impostos	(6)	(4)
Despesas de depreciação e amortização	(19)	(18)
Outras despesas administrativas	(30)	(6)
Outras receitas e despesas (i)	559	60
<b>Total</b>	<b>(55)</b>	<b>(513)</b>

### Classificadas como

Despesas administrativas	(587)	(569)
Despesas de comercialização	(21)	-
Despesas tributárias	(6)	(4)
Outras receitas	559	60
<b>Total</b>	<b>(55)</b>	<b>(513)</b>

- (i) Refere-se ao ganho com imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras das operações fiduciárias.

## 19. Resultado financeiro

	31/03/2017	31/03/2016
Rendimento de aplicação financeira	44	45
Variação monetária	32	26
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>71</b>

## 20. Imposto de renda e contribuição social

### a) Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

	31/03/2017	31/03/2016
IRPJ – corrente	(237)	(133)
CSLL – corrente	(89)	(51)
<b>Total corrente</b>	<b>(326)</b>	<b>(184)</b>
IRPJ – diferido	-	39
CSLL – diferido	-	14
<b>Total diferido</b>	<b>-</b>	<b>53</b>

### b) Reconciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL

	31/03/2017	31/03/2016
Resultado do exercício antes dos impostos	990	413
IRPJ Alíquota 15%	(149)	(62)
IRPJ Alíquota 10%	(93)	(35)
CSLL Alíquota 9%	(89)	(37)
<b>Impostos totais antes das adições e exclusões</b>	<b>(331)</b>	<b>(134)</b>
Efeito do benefício fiscal do P.A.T	5	3
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício</b>	<b>(326)</b>	<b>(131)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>33%</b>	<b>32%</b>

## 21. Lucro por ação

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro do exercício atribuível aos acionistas	664	282
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro	400.000	400.000
<b>Lucro por ação - em reais</b>	<b>1,66</b>	<b>0,71</b>

## 22. Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 22.1. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado

#### Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras compromissadas DI e CDB DI que são títulos de renda fixa emitidos por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e recompra garantida na taxa pactuada na aplicação, os saldos das aplicações financeiras refletem o seu valor justo nas datas de avaliação.

**22.2. Considerações iniciais**

A Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. A referida política é aplicada com adoção de procedimentos que capte todas as suas áreas críticas, garantindo que os negócios estejam em conformidade com as propostas acordadas. Em resumo, a Companhia possui algumas etapas a serem evidenciadas na formalização de novas operações: (i) prospecção de novos negócios; (ii) análise detalhada da proposta levantando questionamentos, análise de crédito preliminar para seguir para próximas etapas; (iii) avaliação pelo Comitê de Operações; (iv) negociação final com o cliente; (v) auditoria financeira e jurídica e uma vez que todas as condições anteriores tenham sido cumpridas por fim a etapa (vi) efetivação do negócio.

**22.3. Gestão de capital**

A Companhia administra seu capital para garantir que possa continuar com suas atividades rotineiras utilizando capital próprio ou reinvestindo os resultados obtidos pela Companhia. Eventualmente o capital da Companhia poderá não ser suficiente para suas futuras exigências operacionais e manutenção do crescimento esperado, de forma que a Companhia pode vir a precisar de fonte de financiamento externas.

Atualmente a Companhia não se utiliza de quaisquer fontes de financiamento para capital de giro ou para investimentos em ativos e informa que possui recursos para honrar seus compromissos operacionais.

**22.4. Exposição a risco de taxas de juros**

A Companhia esclarece que não está diretamente sujeita a riscos relevantes de taxas de juros

**22.5. Gestão de risco de mercado**

A Companhia esclarece que não está diretamente sujeita a riscos relevantes de mercado.

**22.6. Gestão de risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez, utilizando capital próprio ou pelo reinvestimento dos resultados obtidos pela própria Companhia. A Companhia informa que possui liquidez para honrar seus compromissos financeiros.

**22.7. Risco de crédito**

A Companhia não está sujeita a riscos relevantes de crédito.

**22.8. Risco operacional**

São riscos relacionados à possibilidade de ocorrência na perda não prevista de uso inadequado de sistemas, dos mecanismos de controle, erros humanos e falhas nas estruturas das operações.

Com a finalidade de mitigar os erros citados acima a Companhia busca planejar, organizar, direcionar e controlar as atividades executadas por seus funcionários e prepostos no sentido de minimizar os efeitos dos riscos aos quais a Companhia está sujeita nos serviços que presta. Para tanto estabeleceu um conjunto de Normas e Procedimentos que tem como objetivo reduzir ao mínimo os efeitos das perdas acidentais, enfocando o tratamento aos riscos que possam causar danos a Companhia, ao meio ambiente, a sociedade, aos concorrentes e aos demais participantes do mercado.

O ganho da Companhia provém basicamente da securitização de recebíveis, que necessita de uma equipe especializada, para organização, estruturação, distribuição e gestão, com vasto conhecimento técnico, operacional e mercadológico de nossos produtos.



Os riscos operacionais também podem estar relacionados com a perda de membros da equipe operacional da Companhia e/ou à sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. A Companhia desenvolveu um conjunto de normas relacionadas às Políticas de Recursos Humanos e de Benefícios de modo a garantir a manutenção na Companhia de profissionais qualificados.

Adicionalmente a Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para execução de diversas atividades tendo como a finalidade de atender ao seu objeto social, tais como: assessores jurídicos, agentes fiduciários, empresas prestadoras de serviços de auditoria e cobrança de créditos pulverizados, agências classificadoras de risco, banco liquidante, coordenador líder para distribuir os Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio, entre outros.

A Companhia avalia os riscos relacionados a seus fornecedores de serviços com base em histórico profissional e relacionamento com mercado, além de pesquisar referências e restrições. Adicionalmente a Companhia atua com a diversificação na contratação de seus fornecedores igualmente reconhecidos no mercado de modo a reduzir a dependência em relação aos prestadores de serviço em caso de falência dos mesmos e ou alteração relevante da tabela de preços. No entanto, caso a Companhia não consiga implementar sua estratégia de diversificação dos prestadores de serviço, a Companhia poderá ficar dependente de determinados fornecedores específicos, o que pode afetar os seus resultados.

#### **22.9. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2017 estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado nesta data. Os referidos instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação aquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administramos. A Companhia não possui investimentos de alto risco que são especulativos como derivativos. A determinação dos valores estimados nas realizações de ativos e passivos financeiros é baseada em informações disponíveis no mercado e com metodologia e critério de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Companhia utilize julgamentos para interpretar dados de mercado e estimar valores de realização mais adequados.

#### **22.10. Análise de sensibilidade**

A Companhia não apresentou análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e não está diretamente sujeita a riscos relevantes de mercado.

#### **23. Informações fiduciárias**

Essas informações são complementares às demonstrações contábeis da Companhia e estão apresentadas de forma completa no Informe Trimestral de Securitizadora de 31 de março de 2017, conforme instituído pela Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009 e as suas alterações.

### 23.1. Balanços patrimoniais fiduciários

A composição ativa do balanço patrimonial fiduciário de 31 de março de 2017 está demonstrada na tabela abaixo:

	Certificados de Recebíveis Imobiliários							
	Circulante				Não circulante			Ativo total
	Caixa e equivalente s de caixa	Aplicações financeiras	Créditos vinculados	Outros ativos	Total do ativo circulante	Créditos vinculados	Total do ativo não circulante	
Série 1	213	238	902	-	1.353	2.402	2.402	3.755
Série 2	298	430	1.849	-	2.577	4.663	4.663	7.240
Série 3	10	74	63	-	147	91	91	238
Série 4 e 5	1.064	-	5.424	-	6.488	19.512	19.512	26.000
Série 6	1	1.083	2.456	-	3.540	27.814	27.814	31.354
Série 7	356	5.857	202.071	2.778	211.062	-	-	211.062
Série 8	279	9.228	6.526	-	16.033	26.219	26.219	42.252
Série 9	377	-	1.712	-	2.089	8.221	8.221	10.310
Série 10	1	-	3.550	-	3.551	5.236	5.236	8.787
Série 11	-	-	21.148	-	21.148	6.021	6.021	27.169
Série 12	-	53	9.444	-	9.497	71.779	71.779	81.276
Série 13	-	-	13.360	-	13.360	99.348	99.348	112.708
Série 14	3	-	17.132	-	17.135	129.036	129.036	146.171
Série 15	-	-	42.511	-	42.511	13.820	13.820	56.331
Série 16	-	-	124.886	-	124.886	-	-	124.886
Série 17	69.176	-	329.797	-	398.973	1.697.667	1.697.667	2.096.640
Série 19 e 20	260	684	1.820	-	2.764	5.328	5.328	8.092
Série 22	789	1.276	7.990	-	10.055	46.175	46.175	56.230
Série 23	-	2.341	10.953	-	13.294	2.944	2.944	16.238
Série 24	-	743	6.616	-	7.359	38.415	38.415	45.774
Série 25	1.200	-	12.235	-	13.435	62.551	62.551	75.986
Série 26	-	-	4.988	-	4.988	30.756	30.756	35.744
Série 27	-	-	6.537	-	6.537	46.410	46.410	52.947
Série 28	-	-	11.928	-	11.928	93.169	93.169	105.097
Série 29 e 30	57	320	1.530	-	1.907	9.306	9.306	11.213
Série 31 e 32	384	269	3.148	-	3.801	5.413	5.413	9.214
Série 33	-	-	23.875	-	23.875	271.231	271.231	295.106
Série 34	-	-	24.517	-	24.517	271.999	271.999	296.516
Série 35 e 36	70	-	23.251	2.803	26.124	-	-	26.124
Série 37	602	2.241	10.917	-	13.760	44.456	44.456	58.216
Série 38	-	-	11.068	-	11.068	21.512	21.512	32.580
Série 39	-	-	4.170	-	4.170	24.634	24.634	28.804
Série 40	1.626	1.868	11.345	-	14.839	15.310	15.310	30.149
Série 41	-	-	4.990	-	4.990	24.927	24.927	29.917
Série 42	-	-	24.643	-	24.643	273.995	273.995	298.638
Série 43	1.061	-	10.619	-	11.680	48.210	48.210	59.890
Série 44	283	111	1.206	-	1.600	8.893	8.893	10.493
Série 45	29	1.224	12.776	-	14.029	30.667	30.667	44.696
Série 46	-	2.658	9.719	-	12.377	64.222	64.222	76.599
Série 47	-	-	8.124	-	8.124	70.093	70.093	78.217
Série 48	1.226	776	1.659	-	3.661	7.970	7.970	11.631
Série 50	-	-	6.816	-	6.816	40.652	40.652	47.468
Série 51	-	-	9.903	-	9.903	64.663	64.663	74.566
Série 52	1.033	4.034	3.026	-	8.093	7.569	7.569	15.662
Série 53	-	-	3.441	-	3.441	17.611	17.611	21.052
Série 55	16	482	497	-	995	3.230	3.230	4.225
Série 56 e 57	3.287	6.422	24.158	-	33.867	81.061	81.061	114.928
Série 58	-	15	-	-	15	28.700	28.700	28.715
Série 59 e 60	5.361	3.774	41.315	-	50.450	66.174	66.174	116.624
Série 61 e 62	249	118	23.393	-	23.760	74.632	74.632	98.392
Série 63	-	68.220	39.357	-	107.577	76.180	76.180	183.757
Série 64	-	-	284.420	-	284.420	-	-	284.420
Série 65	-	-	8.192	-	8.192	43.692	43.692	51.884
Série 66	-	-	3.889	-	3.889	20.673	20.673	24.562
Série 67	-	-	2.087	-	2.087	11.093	11.093	13.180
Série 68	1.954	1.478	13.655	-	17.087	24.915	24.915	42.002
Série 69	-	-	54.647	-	54.647	30.916	30.916	85.563
Série 70	-	-	30.908	-	30.908	38.708	38.708	69.616
Série 71-72	-	1.462	5.269	-	6.731	28.119	28.119	34.850
Série 73	2	54.989	13.677	-	68.668	130.729	130.729	199.397
Série 74	-	4.161	18.903	-	23.064	62.740	62.740	85.804
Série 75	-	-	45.763	-	45.763	-	-	45.763
Série 76	-	-	145.985	-	145.985	-	-	145.985
Série 77	58	609	2.122	-	2.789	7.965	7.965	10.754
Série 78	-	-	8.638	-	8.638	56.473	56.473	65.111
Série 79	-	-	46.304	-	46.304	51.637	51.637	97.941
Série 82	-	-	14.702	-	14.702	35.373	35.373	50.075
Série 83	102	601	1.034	-	1.737	5.715	5.715	7.452
Série 85	-	226	-	-	226	15.180	15.180	15.406

Certificados de Recebíveis Imobiliários								
	Circulante					Não circulante		Ativo total
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Créditos vinculados	Outros ativos	Total do ativo circulante	Créditos vinculados	Total do ativo não circulante	
Série 86	18	-	11.895	-	11.913	88.663	88.663	100.576
Série 87	-	-	5.639	-	5.639	32.818	32.818	38.457
Série 88	-	-	5.639	-	5.639	32.818	32.818	38.457
<b>Total</b>	<b>91.445</b>	<b>178.065</b>	<b>1.908.729</b>	<b>5.581</b>	<b>2.183.820</b>	<b>4.809.114</b>	<b>4.809.114</b>	<b>6.992.934</b>

Certificados de Recebíveis do Agronegócio								
	Circulante					Não circulante		Ativo total
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Créditos vinculados	Outros ativos	Total do ativo circulante	Créditos vinculados	Total do ativo não circulante	
Série 1	-	43	9.210	-	9.253	66.738	66.738	75.991
Série 2	-	-	112.136	-	112.136	934.491	934.491	1.046.627
Série 3	-	154	17.883	-	18.037	122.979	122.979	141.016
Série 4	-	-	41.141	-	41.141	-	-	41.141
Série 5	-	57	9.789	-	9.846	73.213	73.213	83.059
Série 6	13	66	4.629	-	4.708	30.391	30.391	35.099
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>320</b>	<b>194.788</b>	<b>-</b>	<b>195.121</b>	<b>1.227.812</b>	<b>1.227.812</b>	<b>1.422.933</b>

A composição passiva do balanço patrimonial fiduciário de 31 de março de 2017 está demonstrada na tabela abaixo:

Certificados de Recebíveis Imobiliários							
	Circulante			Não circulante			Passivo total
	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo circulante	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo não circulante	
Série 1	902	213	1.115	2.402	238	2.640	3.755
Série 2	1.849	298	2.147	4.663	430	5.093	7.240
Série 3	63	10	73	91	74	165	238
Série 4 e 5	5.424	1.064	6.488	19.512	-	19.512	26.000
Série 6	2.456	1	2.457	27.814	1.083	28.897	31.354
Série 7	202.071	8.991	211.062	-	-	-	211.062
Série 8	6.526	279	6.805	26.219	9.228	35.447	42.252
Série 9	1.712	377	2.089	8.221	-	8.221	10.310
Série 10	3.550	1	3.551	5.236	-	5.236	8.787
Série 11	21.148	-	21.148	6.021	-	6.021	27.169
Série 12	9.444	-	9.444	71.779	53	71.832	81.276
Série 13	13.360	-	13.360	99.348	-	99.348	112.708
Série 14	17.132	3	17.135	129.036	-	129.036	146.171
Série 15	42.511	-	42.511	13.820	-	13.820	56.331
Série 16	124.886	-	124.886	-	-	-	124.886
Série 17	329.797	69.176	398.973	1.697.667	-	1.697.667	2.096.640
Série 19 e 20	1.820	260	2.080	5.328	684	6.012	8.092
Série 22	7.990	789	8.779	46.175	1.276	47.451	56.230
Série 23	10.953	-	10.953	2.944	2.341	5.285	16.238
Série 24	6.616	-	6.616	38.415	743	39.158	45.774
Série 25	12.235	1.200	13.435	62.551	-	62.551	75.986
Série 26	4.988	-	4.988	30.756	-	30.756	35.744
Série 27	6.537	-	6.537	46.410	-	46.410	52.947
Série 28	11.928	-	11.928	93.169	-	93.169	105.097
Série 29 e 30	1.530	57	1.587	9.306	320	9.626	11.213
Série 31 e 32	3.148	384	3.532	5.413	269	5.682	9.214
Série 33	23.875	-	23.875	271.231	-	271.231	295.106
Série 34	24.517	-	24.517	271.999	-	271.999	296.516
Série 35 e 36	23.251	2.873	26.124	-	-	-	26.124
Série 37	10.917	602	11.519	44.456	2.241	46.697	58.216
Série 38	11.068	-	11.068	21.512	-	21.512	32.580
Série 39	4.170	-	4.170	24.634	-	24.634	28.804
Série 40	11.345	1.626	12.971	15.310	1.868	17.178	30.149
Série 41	4.990	-	4.990	24.927	-	24.927	29.917
Série 42	24.643	-	24.643	273.995	-	273.995	298.638
Série 43	10.619	1.061	11.680	48.210	-	48.210	59.890
Série 44	1.206	283	1.489	8.893	111	9.004	10.493
Série 45	12.776	29	12.805	30.667	1.224	31.891	44.696
Série 46	9.719	-	9.719	64.222	2.658	66.880	76.599
Série 47	8.124	-	8.124	70.093	-	70.093	78.217
Série 48	1.659	1.226	2.885	7.970	776	8.746	11.631
Série 50	6.816	-	6.816	40.652	-	40.652	47.468
Série 51	9.903	-	9.903	64.663	-	64.663	74.566

Certificados de Recebíveis Imobiliários							
	Circulante			Não circulante			Passivo total
	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo circulante	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo não circulante	
Série 52	3.026	1.033	4.059	7.569	4.034	11.603	15.662
Série 53	3.441	-	3.441	17.611	-	17.611	21.052
Série 55	497	16	513	3.230	482	3.712	4.225
Série 56 e 57	24.158	3.287	27.445	81.061	6.422	87.483	114.928
Série 58	-	-	-	28.700	15	28.715	28.715
Série 59 e 60	41.315	5.361	46.676	66.174	3.774	69.948	116.624
Série 61 e 62	23.393	249	23.642	74.632	118	74.750	98.392
Série 63	39.357	-	39.357	76.180	68.220	144.400	183.757
Série 64	284.420	-	284.420	-	-	-	284.420
Série 65	8.192	-	8.192	43.692	-	43.692	51.884
Série 66	3.889	-	3.889	20.673	-	20.673	24.562
Série 67	2.087	-	2.087	11.093	-	11.093	13.180
Série 68	13.655	1.954	15.609	24.915	1.478	26.393	42.002
Série 69	54.647	-	54.647	30.916	-	30.916	85.563
Série 70	30.908	-	30.908	38.708	-	38.708	69.616
Série 71 e 72	5.269	-	5.269	28.119	1.462	29.581	34.850
Série 73	13.677	2	13.679	130.729	54.989	185.718	199.397
Série 74	18.903	-	18.903	62.740	4.161	66.901	85.804
Série 75	45.763	-	45.763	-	-	-	45.763
Série 76	145.985	-	145.985	-	-	-	145.985
Série 77	2.122	58	2.180	7.965	609	8.574	10.754
Série 78	8.638	-	8.638	56.473	-	56.473	65.111
Série 79	46.304	-	46.304	51.637	-	51.637	97.941
Série 82	14.702	-	14.702	35.373	-	35.373	50.075
Série 83	1.034	102	1.136	5.715	601	6.316	7.452
Série 85	-	-	-	15.180	226	15.406	15.406
Série 86	11.895	18	11.913	88.663	-	88.663	100.576
Série 87	5.639	-	5.639	32.818	-	32.818	38.457
Série 88	5.639	-	5.639	32.818	-	32.818	38.457
<b>Total</b>	<b>1.908.729</b>	<b>102.883</b>	<b>2.011.612</b>	<b>4.809.114</b>	<b>172.208</b>	<b>4.981.322</b>	<b>6.992.934</b>

Certificados de Recebíveis do Agronegócio							
	Circulante			Não circulante			Passivo total
	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo circulante	Valores mobiliários emitidos	Outros passivos	Total do passivo não circulante	
Série 1	9.210	-	9.210	66.738	43	66.781	75.991
Série 2	112.136	-	112.136	934.491	-	934.491	1.046.627
Série 3	17.883	-	17.883	122.979	154	123.133	141.016
Série 4	41.141	-	41.141	-	-	-	41.141
Série 5	9.789	-	9.789	73.213	57	73.270	83.059
Série 6	4.629	13	4.642	30.391	66	30.457	35.099
<b>Total</b>	<b>194.788</b>	<b>13</b>	<b>194.801</b>	<b>1.227.812</b>	<b>320</b>	<b>1.228.132</b>	<b>1.422.933</b>

### 23.2. Caixa e equivalente de caixa

O montante total de caixa e equivalente de caixa das séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários em 31 de março de 2017 é de R\$ 91.445 e R\$ 13 de Certificados de Recebíveis do Agronegócio. Referido montante possui liquidez imediata, saldo com movimentação disponível nas contas correntes centralizadoras das operações.

### 23.3. Aplicações financeiras

A composição das aplicações financeiras em 31 de março de 2017 está demonstrada na tabela abaixo:

Certificados de Recebíveis Imobiliários			
	CDB		Total de Aplicações financeiras
		Aplicações compromissadas	
Série 1	-	238	238
Série 2	430	-	430
Série 3	74	-	74
Série 6	-	1.083	1.083
Série 7	-	5.857	5.857
Série 8	213	9.015	9.228
Série 12	-	53	53
Série 19 e 20	-	684	684
Série 22	-	1.276	1.276



Série 23	929	1.412	2.341
Série 24	743	-	743
Série 29 e 30	-	320	320
Série 31 e 32	-	269	269
Série 37	-	2.241	2.241
Série 40	-	1.868	1.868
Série 44	-	111	111
Série 45	-	1.224	1.224
Série 46	2.547	111	2.658
Série 48	-	776	776
Série 52	-	4.034	4.034
Série 55	-	482	482
Série 56 e 57	25	6.397	6.422
Série 58	-	15	15
Série 59 e 60	441	3.333	3.774
Série 61 e 62	-	118	118
Série 63	-	68.220	68.220
Série 68	-	1.478	1.478
Série 71 e 72	-	1.462	1.462
Série 73	333	54.656	54.989
Série 74	188	3.973	4.161
Série 77	-	609	609
Série 83	-	601	601
Série 85	226	-	226
<b>Total</b>	<b>6.149</b>	<b>171.916</b>	<b>178.065</b>

#### Certificados de Recebíveis do Agronegócio

	CDB	Aplicações compromissadas	Total de Aplicações financeiras
Série 1	-	43	43
Série 3	-	154	154
Série 5	-	57	57
Série 6	-	66	66
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>320</b>	<b>320</b>

As aplicações compromissadas e CDB referem-se aos valores aplicados em bancos de primeira linha para liberação da cessão de crédito conforme avanço de obra, fundos de reserva, fundos de liquidez, fundos de retenção e fundos de despesa constituídos como garantias em algumas séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio com rentabilidade médias de 99% do CDI.

#### 23.4. Créditos vinculados

Os créditos vinculados referem-se às operações de aquisição de recebíveis imobiliários, efetuadas de acordo com as Leis nºs 9.514/97 e 10.931/04, as quais dispõem, respectivamente, sobre os Certificados de Recebíveis Imobiliário (CRI) e as Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), em conjunto “Títulos Imobiliários” e referem-se a contratos de cessão de recebíveis do agronegócio representados por Contratos ou Títulos relacionados a Produção, Comercialização ou Financiamento no âmbito do Agronegócio, tais como Cédula do Produtor Rural.

Foram instituídos sob regime fiduciário e, conseqüentemente, constituem patrimônio separado com o propósito exclusivo de responder pela realização de certos direitos, não se confundindo com o patrimônio da Companhia, e constituem o lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos pela Companhia.

Foi instituído o regime fiduciário para os recebíveis nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.514/97 e artigo 23 da Lei nº 10.931/04, os quais passaram a constituir patrimônio separado com o propósito exclusivo de lastrear os referidos títulos imobiliários, não se confundindo, portanto, com o patrimônio da Companhia.

Em atendimento à determinação da Lei nº 11.076/04, os registros contábeis da operação de securitização vêm sendo mantidos de forma segregada e não são incorporados ao resultado nem ao patrimônio da Companhia por se constituírem em patrimônio separado.

### 23.5. Outros passivos

O saldo registrado na conta de outros passivos está relacionado com as liberações aos cedentes e em algumas operações as liberações das cessões de crédito que ocorrem mediante avanço de obras, fundos de reserva e valores a repassar aos cedentes das operações referentes a excedentes recebidos, sendo esta uma garantia, esses recursos ficam aplicados em bancos considerados de primeira linha com rendimentos compatíveis aos de mercado e que são repassados aos cedentes auferidos com rendimento líquido.

### 23.6. Valores mobiliários emitidos

Representa os valores a pagar aos investidores, detentores dos Certificados de Recebíveis imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio circulante e não circulante.

Os certificados de recebíveis do agronegócio são de emissão exclusiva de companhias securitizadoras criadas pela Lei nº 11.076/04 e consistem em títulos de crédito nominativos, de livre negociação, vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária. Os certificados de recebíveis do agronegócio são representativos de promessa de pagamento em dinheiro e constituem título executivo extrajudicial.

Certificados de recebíveis imobiliários são de emissão exclusiva de companhias securitizadoras criadas pela Lei nº 9.514/97 e consistem em títulos de crédito nominativos, de livre negociação, lastreados em créditos imobiliários, constituindo promessa de pagamento em dinheiro.

### 23.7. Informações complementares sobre a emissão dos valores mobiliários emitidos

Apresentamos a seguir os seguintes dados relativos a:

#### 23.7.1 Aquisições do período

Série	Valores mobiliários emitidos	Data de emissão	Valor
77	Certificados de Recebíveis Imobiliários	03/03/2017	10.025
87	Certificados de Recebíveis Imobiliários	08/02/2017	39.000
88	Certificados de Recebíveis Imobiliários	08/02/2017	39.000
06	Certificados de Recebíveis do Agronegócio	27/03/2017	35.000

#### 23.7.2. Retrocessões

Série	Valores mobiliários emitidos	Valor
1	Certificados de Recebíveis Imobiliários	272
2	Certificados de Recebíveis Imobiliários	101
4-5	Certificados de Recebíveis Imobiliários	100
9	Certificados de Recebíveis Imobiliários	180
17	Certificados de Recebíveis Imobiliários	60.956
40	Certificados de Recebíveis Imobiliários	385
52	Certificados de Recebíveis Imobiliários	98
68	Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.091



### 23.7.3 Rating

As emissões das séries 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 85, 86, 87 e 88 de Certificados de Recebíveis Imobiliários e das séries 1, 2, 3, 4, 5 e 6 de Certificados de Recebíveis do Agronegócio foram realizadas em conformidade com a Instrução CVM nº 476, a qual não menciona a obrigatoriedade de atualização trimestral dos relatórios de classificação de risco.

### 23.7.4 Vencimento antecipado e demandas judiciais

Informamos que a 7ª Série, 35ª Série e 36ª Série de Certificados de Recebíveis Imobiliários seguem inadimplentes em relação ao pagamento dos valores remanescentes de Principal, Juros, Multa e Mora.

Referida inadimplência acarretou em demandas judiciais, conforme demonstrado abaixo:

Série	Comarca	Vara	Processo nº
7ª Série da 1ª Emissão	Porto Alegre	10ª Vara Cível	001/1.15.0179309-9
7ª Série da 1ª Emissão	Porto Alegre	10ª Vara Cível	001/1.16.0014824-8
7ª Série da 1ª Emissão	Porto Alegre	10ª Vara Cível	001/1.16.0014793-4
7ª Série da 1ª Emissão	Porto Alegre	10ª Vara Cível	001/1.16.0014808-6
7ª Série da 1ª Emissão	Gravataí	1ª Vara Cível	015/1.15.0015594-4
7ª Série da 1ª Emissão	TJ/RS	16ª Câmara Cível	70072380637
7ª Série da 1ª Emissão	Gravataí	1ª Vara Cível	015/1.16.0005212-8
7ª Série da 1ª Emissão	Gravataí	1ª Vara Cível	015/1.15.0011789-9
7ª Série da 1ª Emissão	TJ/RS	16ª Câmara Cível	70067951871
7ª Série da 1ª Emissão	Gravataí	1ª Vara Cível	015/1.15.0012465-8
7ª Série da 1ª Emissão	Gravataí	2ª Vara Cível	015/1.14.0010834-0
7ª Série da 1ª Emissão	Gravataí	1ª Vara Cível	015/1.15.0012634-0
7ª Série da 1ª Emissão	TJ/RS	16ª Câmara Cível	70067731901
7ª Série da 1ª Emissão	Gravataí	Vara Adjunta de Gravataí	015/1.16.0000619-3
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	Bagé	1ª Vara Cível	004/1.16.0009872-0
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	Bento Gonçalves	3ª Vara Cível	005/1.16.0008453-9
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	Bento Gonçalves	1ª Vara Cível	005/1.16.0006234-9
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	Bento Gonçalves	3ª Vara Cível	005/1.17.0000502-9
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	Bento Gonçalves	2ª Vara Cível	005/1.17.0000503-7
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	Capão da Canoa	2ª Vara Cível	141/1.15.0003930-3
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	Capão da Canoa	1ª Vara Cível	141/1.16.0005373-1
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	São Paulo	4ª Vara Cível	1079281- 57.2015.8.26.0100
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	Santa Cruz do Sul	1ª Vara Cível	026/1.15.0009126-3
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	Santa Cruz do Sul	2ª Vara Cível	026/1.17.0000120-9
35ª e 36ª Séries da 1ª Emissão	Santa Cruz do Sul	3ª Vara Cível	026/1.16.0010299-2

## 24. Operações por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22. O CPC 22 é mandatário para as demonstrações contábeis cujos exercícios se encerram a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.



A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio) e por isso considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

**25. Eventos subsequentes**

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

\* \* \*



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Ápice Securitizadora S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ápice Securitizadora S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) "Demonstração intermediária", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Informações contábeis fiduciárias

Chamamos a atenção para às informações contábeis fiduciárias apresentadas na Nota Explicativa nº 25, referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é prevista para companhias securitizadoras, conforme requerido na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e na Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997. Essas informações contábeis fiduciárias foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias, relativas às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2017.

Régis Eduardo Bapsista dos Santos

CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1



## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

A Companhia não possui conselho fiscal ou órgão equivalente.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Eu, Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.342/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.354.358-70, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Ápice Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2017

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X /SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor de Estruturação e Operações da Ápice Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2017

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Eu, Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.342/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.354.358-70, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Ápice Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, referente as informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2017

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X /SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor de Estruturação e Operações da Ápice Securitizadora S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.130.744/0001-00 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes contratados pela Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, referente as informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2017